

EDUCAÇÃO E POBREZA: O IMPACTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Anderson Paulino da Silva

Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: paulino_and@yahoo.com.br

André Brandão

Doutor em Ciências Sociais

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: andrebrandao@vm.uff.br

Salete da Dalt

Mestra e doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Coordenadora do DataUFF

E-mail: salete@datauff.uff.br

RESUMO

Este trabalho examina a relação entre Educação e pobreza, analisando os impactos das condicionalidades do Programa Bolsa Família sobre o perfil educacional das famílias atendidas no Nordeste. O estudo é parte de uma investigação, coordenada pelo DataUFF, com base numa amostra de entrevistas semiestruturadas. As conclusões confirmam dados apontados por outras pesquisas sobre os impactos do PBF na escolaridade de crianças e adolescentes, paralelamente à expansão da rede escolar de Ensino Fundamental. Além disso, avança nas discussões sobre o fortalecimento da cidadania e aumento da escolarização das famílias, a partir de sua inserção na política de transferência de renda.

Palavras-chave: pobreza, transferência de renda, Educação

ABSTRACT

This study looks into the relationship between education and poverty, analyzing the impacts of the conditions of “Programa Bolsa Família” about the educational profile of assisted families in Northeast of Brazil. This study is part of an investigation coordinated by DataUFF, based on a sample of semi-structured interviews. The findings confirm data results of other studies on the impact of PBF in the schooling of children and adolescents, alongside the expansion of school network for Elementary education. In addition, it highlights the strengthening of citizenship and the increase of families schooling after their inclusion in the program of income transference.

Keywords: poverty, income transference, Education

EDUCAÇÃO E POBREZA: O IMPACTO DAS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Anderson Paulino da Silva

André Brandão

Salete da Dalt

Introdução

Este artigo examina a relação entre Educação e pobreza, considerando os impactos possíveis das condicionalidades estabelecidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) sobre o perfil educacional das famílias beneficiárias do Nordeste brasileiro. O estudo faz parte de uma investigação de abrangência nacional sobre o Bolsa-Família, coordenada pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense (DataUFF), que, neste recorte, apresenta apenas os resultados preliminares referentes às entrevistas realizadas e tabuladas, entre dezembro de 2007 e março de 2008, para as capitais e municípios do interior nordestino incluídos na amostra¹.

No contexto presente, o PBF se configura como o programa social de maior envergadura do Governo Federal, atendendo, em 2008, a mais de 11 milhões de famílias, segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. A região Nordeste concentra a maior quantidade de benefícios pagos pelo Programa Bolsa-Família em nível nacional, equivalente a 58,9%, percentual bem acima das estimativas de famílias pobres na região, que é de 46,9%². Apesar das críticas relacionadas ao uso político-eleitoral do programa, o grau de focalização e a eficácia do PBF na redução da pobreza e das desigualdades sociais são pontos reconhecidos por diversos estudos (p.e, Soares et alii, 2006; Oliveira et. alii, 2007).

Investigamos, neste artigo, as possibilidades geradas para o prolongamento escolar das famílias beneficiárias, fato tomado como uma condição essencial para a sua inclusão social e cidadania. Do ponto de vista teórico, os elos que associam Educação e pobreza fundamentam-se segundo a concepção de que os investimentos em mão de obra resultam num dado positivo para o aumento da produtividade do trabalho e, com efeito, do desenvolvimento econômico.

Este debate enseja o conceito de capital humano, que trata da investigação sobre as condições ideais de adequação do trabalho ao capital físico e tecnológico acumulado pelo sistema

¹ A base de dados dessa amostra é composta por 841 questionários semiestruturados, com margem de erro 5%.

² Relatório de Avaliação do TCU sobre o Programa Bolsa Família- Sumário Executivo. Brasília: TCU, 2005.

econômico. Assim, a Educação compõe o capital humano como o elemento fundamental para a qualificação individual dos trabalhadores, bem como de facilitação da realocação da força de trabalho nos setores mais produtivos da economia (Langoni, 1975).

Muito embora este conceito ainda encontre ampla aplicação no âmbito das teorias econômicas, pode-se dizer que suas implicações para o desenvolvimento social encontram-se, hoje, limitadas pelas mudanças estruturais ocorridas no mundo do trabalho, que tiveram como uma das consequências mais notáveis a elevação dos níveis de competição social, de desemprego e desigualdade em nível global. A emergência deste cenário tanto reforça a importância da escolarização como elemento indutor da mobilidade ascendente (Pastore e Silva, 2003) quanto justifica a formulação de políticas focalizadas de transferência direta de renda como instrumento de contenção da pobreza.

Assim, a adoção dessas políticas pelos governos brasileiros, a partir da década de 1990, assume um formato que nitidamente busca se desvincular da tradição assistencialista das políticas sociais, com a normatização de certas contrapartidas por parte dos beneficiários nos programas. Sobressaltando o direito universal à assistência social, algumas destas exigências incorporam o mérito de promover a otimização da aplicação dos recursos públicos, gerando demandas sociais sobre as políticas de Saúde e Educação. Nessa perspectiva, a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, agregou os diversos programas sociais de transferência de renda existentes no âmbito do Governo Federal, priorizando a atenção sobre aspectos relacionados às condições de saúde e educação de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

No que se refere à Educação, em particular, a contrapartida ao benefício da renda concedida às famílias pelo PBF compreende a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e a obrigatoriedade de informar ao gestor do Programa Bolsa Família qualquer mudança de escola. Regulamentada inicialmente pela Portaria Interministerial 3.789, de novembro de 2004, a definição dessas condicionalidades propõe a difícil missão de tentar romper com os ciclos de pobreza que marcam as gerações dessas famílias. No seu preâmbulo, o texto legal preconiza a concretização do direito à Educação como elemento fundamental da inclusão social das famílias, compreendendo a educação escolar como condição da construção de conhecimento, da formação humana e da proteção social às crianças e adolescentes.

Entretanto, as condições de elegibilidade das famílias aos rendimentos transferidos pelo PBF reafirmam o nível de pobreza como o dado mais objetivo a ser levado em conta quando pensamos na possibilidade da realização das crianças no sistema escolar. Apoiados por parte

relevante da literatura do campo da Educação, podemos argumentar que a urgência material é um elemento estruturante do próprio valor atribuído pelas famílias à escola, que irá somar-se a outros, como a qualidade das escolas acessíveis às populações pobres e extremamente pobres e a escassez de recursos culturais nas comunidades e no próprio ambiente familiar³.

Nestes termos, antes que operar as condições para a mudança social, a escola pode mesmo desempenhar a função de reprodutora das desigualdades preexistentes. Nessa perspectiva de análise, pesa o exercício das práticas culturais no interior das famílias, o que deve resultar num sistema de disposições internalizadas (*habitus*) pouco rentáveis no ambiente escolar, na medida em que não venham a coincidir com aqueles saberes e práticas mais valorizados pela instituição. Assim, a herança cultural familiar passa a compreender o tipo de capital que deve permitir o desenvolvimento de habilidades que possibilitem às crianças perceber e decodificar mais facilmente as regras de funcionamento dos sistemas escolares (Bourdieu e Passeron, 1975; Bourdieu, 2005).

De fato, a análise da pobreza referenciada pela teoria bourdiesiana torna a crença na ascensão social pela via escolar uma variável importante para a compreensão dos investimentos realizados pelas famílias nesta condição na escolarização de seus filhos. Daí resultaria também o menor desempenho nos exames de avaliação e as taxas mais elevadas de repetência e evasão escolar nas regiões mais pobres. As evidências desse quadro fazem com que a maior parte das pesquisas realizadas no Brasil, e que buscam dar conta da reversão da pobreza pela via escolar, enfatize apenas alguns casos singulares de indivíduos oriundos das classes populares que envidaram a mudança do destino provável por meio de uma trajetória escolar de longo curso⁴.

A ênfase na descrição de casos singulares de êxito de pessoas pobres no sistema escolar denota ainda a ausência de movimentos estruturais promovidos pela ação do sistema educacional na equalização das oportunidades sociais. Esse fato induz à idéia de um ciclo de reprodução da pobreza e da desigualdade decorrente da combinação da má qualidade das escolas⁵ com a

³ As análises dos efeitos da concentração da pobreza e da segregação urbana sobre o desempenho escolar das crianças é tema recente na literatura sobre Educação, que vem se desenvolvendo com base em autores de vários campos. Para uma introdução nesses trabalhos, vide RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e KATZMAM, Rubem (orgs). *A Cidade Contra a Escola: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008.

⁴ Algumas dessas pesquisas aportam ainda à situação de classe, fatores relacionados à raça e ao sexo como obstáculos adicionais que pesam sobre a trajetória dos estudantes pobres no sistema escolar, como os exemplos do trabalho de Souza e Silva (2003).

⁵ Embora a definição de qualidade seja, por natureza, polissêmica, relacionamos a Educação de qualidade com o êxito no cumprimento das orientações gerais da política educacional, em concomitância com a autonomia dos gestores para o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico que pese o interesse da comunidade.

condição social das famílias participantes do programa. A ruptura desse ciclo vicioso, portanto, requer tanto a aproximação dessas famílias com os valores escolares quanto a melhoria das escolas em adequação a esses novos públicos, fatores sem os quais se fazem inúteis os ganhos promovidos pelas condicionalidades do Bolsa Família (Barbosa e Sant'anna, 2009).

Distribuição dos recursos educacionais nas famílias

A valorização da Educação pelas famílias pobres abrangidas por programas sociais de transferência de renda tem encontrado respaldo em alguns trabalhos desenvolvidos sobre o tema. Lavinias e Barbosa (2000), analisando o precursor Programa Bolsa-Escola no município de Recife, identificaram que o temor pela perda do benefício aparecia como o dado principal na redução da infrequência e evasão escolar entre crianças pobres nas escolas do município.

Outro fator aparece relacionado ao distanciamento da escola por parte dos responsáveis por receber o benefício. Quando tomamos como referência o ano de término da coleta dos dados nesta pesquisa, constatamos que os beneficiários entrevistados já estavam afastados da escola, em média, há 13 anos.

Na tabela a seguir apresentamos a distribuição dos responsáveis legais pelos benefícios do PBF, segundo o grau escolar.

Tabela 1 – Escolaridade dos responsáveis legais nos domicílio atendidos pelo PBF (%)

	Até que série estudou	
	Frequência	(%)
Analfabeto/sem instrução	77	9,2
Primário incompleto	197	23,4
Primário completo	253	30,1
Ensino fundamental completo	82	9,8
Ensino médio incompleto	90	10,7
Ensino médio completo	124	14,7
Superior incompleto	8	1,0
Superior completo	3	0,4
NS/NR	7	0,8
Total	841	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Como podemos observar, a maioria dos responsáveis pelos benefícios declarou escolaridade inferior ao Ensino Fundamental (62,7%). Apenas 14,7% dos entrevistados concluíram o Ensino

Médio e um número muito pequeno de beneficiários (1,4%) chegou a alcançar o Ensino Superior.

A situação não apresenta diferenças importantes quando abordamos os dados pela via dos responsáveis pelos domicílios. Em alguns aspectos, podemos perceber que a condição escolar até se agrava.

Tabela 2 – Escolaridade dos responsáveis pelo domicílio atendidos pelo PBF (%)

Escolaridade do(a) responsável pelo domicílio		
	Frequência	(%)
Analfabeto/sem instrução	53	12,4
Primário incompleto	133	31,2
Primário completo	78	18,3
Ensino fundamental completo	77	18,1
Ensino médio incompleto	29	6,8
Ensino médio completo	42	9,9
Superior completo	1	0,2
NS/NR	13	3,1
Total	426	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

O percentual de analfabetos entre os responsáveis pelo domicílio apresenta-se 3,2 pontos percentuais superior ao mostrado na tabela 1, com 12,4%. A comparação mostra também que se reduz em 4,8 pontos o percentual dos que concluíram o Ensino Médio (que alcança então 9,9%). Do ponto de vista da teoria, a uniformidade do baixo nível cultural dos pais, associada à condição de pobreza, deve ser interpretada como uma barreira adicional para o sucesso escolar das crianças dessas famílias, que assim tenderiam a repetir a trajetória escolar dos pais.

Sobre este aspecto, autores como Lahire (1998) alertam para os riscos da “generalização abusiva” decorrente da realização de inferências a partir de dados de natureza macrossociológica, o que significa dizer que, assumir o grau de formação escolar como indicador do nível cultural das famílias pode, em alguns casos, ser temerário, na medida em que a quantificação em números não revela os aspectos mais minuciosos do cotidiano das famílias e tampouco consegue captar as *redes de relações* que se desenvolvem para além do ambiente familiar.

Entretanto, a operação de políticas educacionais e assistenciais de grande abrangência, como é o caso do PBF, costuma se pautar mais por regras do que por exceções. Deste modo, como demonstram inúmeros trabalhos, é lógica a interpretação da escolaridade como indicador do nível cultural das famílias.

Todavia, a discussão sobre o sucesso do programa no aspecto referente ao cumprimento das condicionalidades estabelecidas pelos termos de adesão das famílias vincula-se diretamente ao papel de liderança das mulheres no lar. Entre os representantes legais de benefícios entrevistados na região Nordeste, a participação das mulheres é de 97%. Destas, 99,1% são mães, sendo que 27,6% delas declararam-se mães solteiras; se considerarmos as beneficiárias que se declararam separadas ou viúvas, o percentual de domicílios chefiados por mulheres se eleva para 44,9% dos lares atendidos pelo PBF na região. Este é um dado que reflete as estratégias de apelo ao sentimento materno adotada pelo programa para o cumprimento dos objetivos definidos⁶, ao mesmo tempo em que remete também à disposição e à transferência dos recursos culturais das famílias no processo educativo das crianças.

Investigando o impacto do PBF nas condições de vida das mulheres em regiões urbanas e rurais do Brasil, Suárez e Libardoni (2007) destacam as semelhanças existentes entre essas mulheres e o seu papel crucial exercido para o cumprimento dos objetivos do programa:

“A presença do cônjuge, na maioria dos grupos domésticos, não influi muito quanto ao cumprimento das condicionalidades porque a postura da mãe pesa mais do que a do pai na tomada de decisões referentes à Educação, Saúde e tudo que tenha a ver com os filhos” (Suárez e Libardoni, 2007, p. 124).

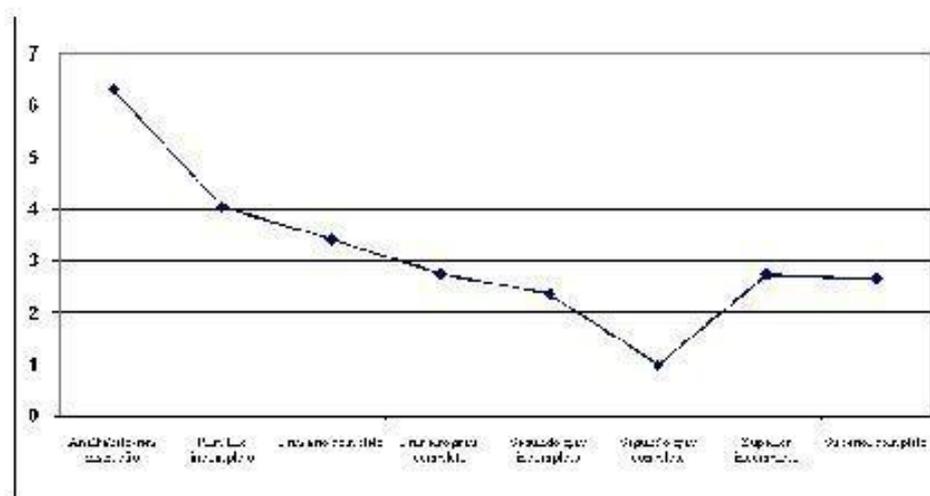
Ressalte-se o fato de que o crescimento dos lares chefiados por mulheres expressa um fenômeno social constante na realidade brasileira, especialmente nos grupos sociais mais pobres. Conforme apresenta Hasenbalg (2003), entre 1981 e 1999, o percentual de famílias chefiadas por mulheres no Brasil cresceu de 9,5% para 14,2%, sendo a manutenção dessa tendência, na década seguinte, um dado provável considerando a realidade atual. Com efeito, o autor lança mão do conceito de *capital social* elaborado por Coleman (1988) para explicar as diferenças nos indicadores de desempenho educacional das crianças, segundo as configurações familiares. De acordo com o autor,

“o capital social estabelece o contexto no qual o capital econômico e cultural dos pais é convertido em condições mais ou menos favoráveis à socialização das crianças, funcionando como um filtro para esses outros capitais” (Hasenbalg, 2003, p. 56).

⁶ Suarez e Libardoni (2007) definem essa estratégia pelo que chamam de *maternagem*, que associa a feminilidade à responsabilidade pelas crianças, ou seja, pelos próprios filhos.

Em outras palavras, pode-se dizer que o capital social expressa a qualidade das relações existentes no ambiente das famílias que, da mesma forma que a quantidade dos recursos financeiros, tende a se apresentar mais diluída quanto maior o número de dependentes. Em função da qualidade dessas relações nas famílias, varia também a transmissão da herança cultural aos mais jovens. Assim, mesmo levando em conta que as taxas de natalidade também são influenciadas por fatores associados às características regionais e culturais – as áreas rurais superam as urbanas no tamanho das famílias – a relação entre a natalidade das famílias e nível de escolaridade dos responsáveis legais pode ser nitidamente percebido no gráfico a seguir.

Figura 1 - Média de filhos por famílias, segundo o grau escolar dos responsáveis pelo PBF



Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

A média geral de crianças nascidas por família encontrada pela pesquisa foi de 3,4 – maior, portanto, que a média nacional. A variação desta média segundo o nível de escolarização das famílias mostra que o número de nascimentos decresce sequencialmente conforme se eleva a escolaridade do responsável legal pelo PBF. Nas famílias em que o responsável pelo benefício não alcança qualquer grau escolar, esta média sobe para acima de 6. Na outra ponta, a média decresce para 1 naquelas famílias em que o responsável pelo domicílio conclui o Ensino Médio (vale ressaltar que a mudança na trajetória do gráfico nos maiores níveis de escolaridade deve ser atribuída à perda de significância nos números).

Dos entrevistados, apenas 2,3% frequentavam a escola no período da pesquisa. Dentre as motivações encontradas para encerramento da trajetória escolar pelos responsáveis pelos benefícios, a mais citada foi a dificuldade para conciliar a rotina dos estudos com o trabalho (33%); a segunda opção mais citada foi a falta de vontade de continuar (17%) e a terceira, a gravidez (13,1%).

Tabela 3 – Motivos de abandono da escola pelos beneficiários do PBF*

	Frequência	(%)
Precisava trabalhar	255	33,7%
Falta de vontade para continuar	133	17,6%
Gravidez	99	13,1%
Problemas na família	79	10,4%
Casou-se	36	4,8%
Precisava tomar conta dos irmãos	29	3,8%
Problemas de saúde	26	3,4%
A escola era muito distante	25	3,3%
Condições Financeiras	21	2,8%
Outros	54	7,1%
Total	757	100,0%

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

*Apenas respostas validas

Chama atenção nos números observados a pouca menção a dificuldades de acesso à escola (3,3%), o que sinaliza para a confirmação da tendência à universalização das redes de ensino no Brasil, coincidentemente com a consolidação do processo de industrialização e urbanização do país.

Deste modo, a gravidez entre adolescentes e jovens em idade escolar é um fenômeno que surge da dinâmica social, com um impacto considerável na evasão escolar. Quanto às duas outras principais alegações citadas pelos entrevistados, pode-se dizer que se completam mutuamente. Da carência de recursos materiais que leva ao ingresso precoce no mercado de trabalho formam-se as disposições pessoais que se manifestam na forma de desinteresse pela escola.

Contudo, a valorização da Educação pelos responsáveis pelo recebimento dos benefícios é um aspecto muito positivo da execução do programa, que se confirma na tabela 4 abaixo:

Tabela 4 – Valor atribuído à educação pelos beneficiários do PBF

Opinião sobre estudo		
	Frequência	(%)
Muito importante	664	79,0
Importante	165	19,6
Pouco importante	2	0,2
Nada importante	2	0,2
NS/NR	8	1,0
Total	841	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Nada menos que 79% dos responsáveis legais definiram a Educação como um valor muito importante, enquanto 19,6% o definiram como importante. A contradição aparente entre a representação da escola e a baixa escolaridade dos beneficiários revela, de fato, a grande eficácia

do discurso ideológico das elites sobre a Educação (Reis, 2000) que, no entanto, não se concretiza na vida da maioria dos jovens das camadas mais pobres da mesma forma como é idealizado.

Neste sentido, é provável também que os avanços das últimas décadas no campo da Educação se reflitam nas diferenças de opinião observadas entre os entrevistados quando desagregamos os dados por faixas de idade.

Tabela 5 – Valor atribuído à escola pelos beneficiários do PBF, segundo a faixa etária.

	Idade*Opinião sobre o estudo					Total
	Muito importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	NS/NR	
16-24 anos	80,6	19,4	0,0	0,0	0,0	100,0
25-34 anos	79,1	19,8	0,4	0,4	0,4	100,0
35-44 anos	82,3	16,7	0,0	0,3	0,7	100,0
45-54 anos	77,4	21,2	0,7	0,0	0,7	100,0
55 anos ou mais	70,4	25,5	0,0	0,0	4,1	100,0
Total	79,0	19,6	0,2	0,2	1,0	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Na tabela 5 acima, portanto, observamos uma correlação positiva em termos de valorização do estudo no que concerne à idade dos entrevistados. Podemos pensar então que o avanço da noção de Educação como um direito e uma necessidade para o mundo do trabalho deve contribuir para explicar as diferenças entre os *coortes* etários no que diz respeito à afirmação da “falta de vontade” como razão para não para continuar os estudos.

Tabela 6 – Motivos de evasão escolar, segundo o grau de escolaridade – responsável legal

	Idade - faixas * Motivo pelo qual parou ou nunca estudou										
	Precisava trabalhar e não dava tempo de estudar	Não teve vontade de continuar	Gravidez	Problemas na família	Casou-se	Precisava tomar conta dos irmãos para a mãe	Problemas de saúde	A escola era muito distante	Condições Financeiras	Outros	Total
16-24 anos	29,6	3,7	37,0	3,7	0,0	0,0	3,7	0,0	3,7	18,5	100,0
25-34 anos	26,6	18,0	19,1	12,9	4,3	1,6	2,7	0,4	3,9	10,5	100,0
35-44 anos	33,2	21,9	11,3	9,4	4,7	3,9	2,7	3,9	2,7	6,3	100,0
45-54 anos	39,4	15,3	6,6	8,8	7,3	6,6	5,8	5,1	1,5	3,6	100,0
55 ou mais	49,4	11,1	2,5	11,1	3,7	7,4	3,7	8,6	1,2	1,2	100,0
Total	33,7	17,6	13,1	10,4	4,8	3,8	3,4	3,3	2,8	7,1	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Notadamente, a redução nos percentuais dos que afirmaram “falta de vontade” para prosseguir os estudos, na tabela 6, é acompanhada pelo aumento nas faixas de idade mais elevadas das alegações relacionadas à necessidade de trabalhar como barreira para a continuidade da vida

escolar. Por sua vez, a questão da gravidez se confirma como um problema tipicamente juvenil. Entre os responsáveis legais por benefícios na faixa etária de 16 a 24 anos, a gravidez foi o motivo mais alegado para interrupção dos estudos (37%), ao passo que motivos como o casamento, a responsabilidade com irmãos e a distância da escola apresentaram índice nulo de citações nessa faixa de idade.

Confirmando os avanços nas políticas educacionais, os mais jovens dentre os responsáveis pelos benefícios são aqueles que alcançaram os maiores níveis de escolaridade, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 7 – Grau de escolaridade segunda a faixa de idade – responsável legal (%)

Idade - faixas * Até que série estudou										
	Analfabeto sem instrução	Primário incompleto	Primário completo	Primeiro grau completo	Segundo grau incompleto	Segundo grau completo	Superior incompleto	Superior completo	NS/NR	Total
16-24 anos	0,0	16,1	32,3	19,4	12,9	19,4	0,0	0,0	0,0	100,0
25-34 anos	1,8	16,2	33,8	12,9	15,8	18,7	0,4	0,0	0,4	100,0
35-44 anos	6,9	22,6	29,9	10,1	11,1	15,3	2,4	0,7	1,0	100,0
45-54 anos	15,1	29,5	30,8	6,2	5,5	11,0	0,0	0,7	1,4	100,0
55 ou mais	30,6	39,8	18,4	2,0	2,0	6,1	0,0	0,0	1,0	100,0
Total	9,2	23,4	30,1	9,8	10,7	14,7	1,0	0,4	0,8	100,0

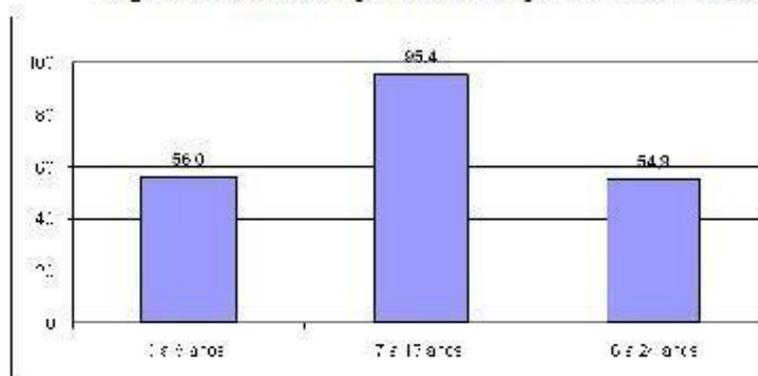
Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Marco/2008.

Notamos que é nulo o índice de analfabetos na faixa que se estende até os 24 anos de idade. Na faixa etária até 34 anos, o percentual de analfabetos registrado pela pesquisa foi de 1,8%. Por outro lado, os números também revelam as dificuldades dos programas de alfabetização de atingir a população em idade adulta e os idosos. A taxa de analfabetismo na faixa de idade de 45-54 anos é de 15,1% e dobra entre as pessoas acima de 55 anos de idade (30,6%).

Proporcionalmente, apenas 6,1% das pessoas na faixa de idade acima de 55 anos chegou a concluir o Ensino Médio, enquanto, nas duas menores faixas de idade, o percentual de concluintes desse ciclo escolar correspondeu, respectivamente, a 19,4% e 18,7%.

A pesquisa também aponta que a taxa de cobertura escolar entre os jovens de 7 até 15 anos de idade do Nordeste brasileiro alcançava 95,4%, conforme a figura abaixo.

Figura 2 – Taxa de frequência escolar por faixa de idade (%)



Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008

O percentual de cobertura escolar nessa faixa de idade é próximo ao identificado pelo IBGE na faixa de idade de 7 a 14 anos no Nordeste, de 97,3%. Assim, é preciso observar que a alta taxa de cobertura escolar entre as famílias beneficiárias aponta para indicações positivas de impacto do Bolsa-Família, mas não se pode deixar de levar em conta que as condicionalidades de educação concorrem com a forte expansão das redes de ensino no Brasil no mesmo período, especialmente no nível do Ensino Fundamental⁷.

Neste campo, avaliações positivas nos indicadores de frequência e evasão escolar das crianças são também referidas na pesquisa realizada por Oliveira et alii (2007), para os quais as exigências do programa têm por efeito uma redução nos custos do investimento educacional pelas famílias. Embora os autores apontem índices de retenção mais elevados entre as crianças das famílias beneficiadas pelo PBF, na comparação com o grupo de crianças não beneficiárias, ressaltam o fato de que a melhoria nos outros indicadores deve resultar, num futuro próximo, na melhora da progressão escolar das crianças⁸.

Em nossa própria pesquisa, os impactos positivos no aumento do acesso escolar promovido pelo PBF podem ser confirmados pelo gráfico a seguir:

⁷ Essa alegação é referida num relatório recente divulgado pelo IBGE sobre os impactos dos programas de transferência de renda sobre a realidade das famílias atendidas por programas sociais. *Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio. Acesso a transferências de renda de programas sociais 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

⁸ Dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social apontam um crescimento de 48,6% para 74,6% nos indicadores de alunos com frequência superior a 85% nas aulas, o que confirma os “efeitos de continuidade” do programa.

Figura 3 – Crianças fora da escola antes do recebimento do PBF

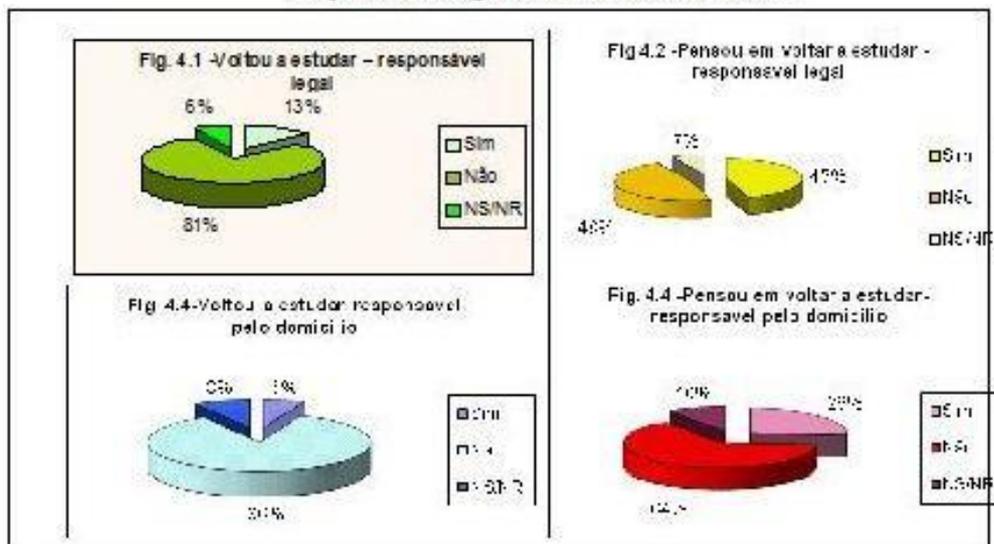


Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Sinalizando o PBF como um marco, podemos notar que 26% dos entrevistados informaram que havia crianças da família fora da escola antes de receberem o valor pago pelo Bolsa-Família.

Quanto ao eventual efeito sobre a retomada do ciclo escolar dos responsáveis legais pelo benefício, constatamos que se trata de algo improvável - muito embora este retorno tenha sido "pensado" por uma grande parte dos beneficiários.

Figura 4 – Reingresso no sistema escolar após o PBF - responsáveis legais e chefes dos domicílios



Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Do total de entrevistados, apenas 13% dos responsáveis legais e 6% dos chefes de domicílios⁹ informaram terem retomado os estudos após ter ingressado no PBF. Obrigações com a criação dos filhos e a própria sobrevivência podem ser consideradas como barreiras mais objetivas à efetivação deste projeto. Por outro lado, 45% dos responsáveis legais e 26% dos chefes de domicílios afirmaram que pensaram em voltar a estudar após ingressarem no Bolsa-Família.

Entretanto, devemos notar que este suposto interesse parte de expectativas de escolarização que podemos afirmar serem bastante modestas e perpassadas por um alto grau de incertezas.

Tabela 8 – Expectativas de escolarização dos responsáveis legais pelo PBF, segundo as faixas de idade (%)

Idade e escolaridade					
	Inferior ao Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Superior	NS/NR	Total
16-24 anos	9,7	51,6	32,3	6,5	100,0
25-34 anos	8,6	54,7	18,3	18,3	100,0
35-44 anos	14,2	47,6	15,6	22,6	100,0
45-54 anos	15,1	36,3	9,6	39,0	100,0
55 anos ou mais	14,3	24,5	9,2	52,0	100,0
Total	12,4	45,4	15,3	26,9	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março 2008.

Em sua maioria, os entrevistados informaram acreditar que chegariam ao Ensino Médio (45,4%); um percentual bastante inferior (15,3%) acreditou que chegaria ao Ensino Superior. O mais surpreendente nesta questão é o percentual de não respostas (26,9%), que é revelador do grau de incertezas que tangenciam a vida dessas famílias. A escassez de capital informacional sobre as regras de funcionamento e a extensão do sistema escolar é outro dado que deve pesar nas opções desses agentes. Todavia, é significativa a diferença observada entre os grupos etários, sendo as expectativas cultivadas pelos mais jovens outro indicador dos efeitos das mudanças nos sistema educacional. Deste modo, observamos novamente as diferenças geracionais, sobre as quais pesa a expansão das redes de ensino no país (Castro, 1998). Enquanto 52% das pessoas acima de 55 anos não souberam ou não responderam à questão relativa ao ponto de escolarização a que esperavam chegar ao iniciar os estudos, o mesmo se deu com apenas 6,5% dos jovens, sendo que 32,5% destes afirmaram que chegariam ao Ensino Superior.

Em consonância com estes números, podemos observar que a escolaridade apresentada se relaciona diretamente com o tipo de concepção que se estabelece sobre o programa:

⁹ As respostas sobre responsáveis pelos domicílios têm como proxy os responsáveis legais entrevistados

Tabela 9 - Escolaridade e concepção sobre o PBF – responsável legal(%)

Escolaridade*concepção sobre o PBF			
	O PBF é um	O PBF é uma	Total
	direito	ajuda	
Analfabeto/sem instrução	8,9	9,0	9,0
Primário incompleto	21,7	23,5	23,1
Primário completo	25,5	31,2	30,1
Primeiro grau completo	7,0	10,6	9,9
Segundo grau incompleto	11,5	10,8	10,9
Segundo grau completo	22,3	13,0	14,8
Superior incompleto	1,3	0,9	1,0
Superior completo	0,6	0,3	0,4
NS/NR	1,3	0,7	0,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: DataUFF - Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Família, Março/2008.

Como mostra a tabela 9 acima, a concepção sobre o PBF como uma ajuda governamental ou um direito social varia nitidamente em função do grau escolar do entrevistado. A primeira opção é majoritária entre aqueles beneficiários com escolaridade que vai até o antigo Primeiro Grau completo. Esta opinião muda de forma acentuada entre aqueles que alcançaram o Ensino Médio. A constatação desses números reforça a importância da educação escolar como elemento relevante para a indução da cidadania. No entanto, devemos pensar que a ocorrência de mudanças mais concretas na formação desses agentes deve se fazer acompanhar de mudanças qualitativas nas escolas frequentadas pelas parcelas mais pobres da população, o que se ergue como uma nova barreira que aparta os pobres não apenas das oportunidades sociais, mas também do convívio com setores mais amplos da sociedade.

Considerações finais

A definição de condicionalidades para o acesso a programas sociais torna-se um fator gerador de críticas na medida em que a assistência se afirma na sociedade brasileira como um direito constitucional universal. Por outro lado, temos a confirmação, a partir de várias fontes, da obtenção de melhorias no acesso da população pobre aos serviços sociais a partir da entrada em vigor do programa, principalmente, no que diz respeito ao crescimento nas taxas de matrícula e regularidade da frequência das crianças pobres às escolas.

Como ficou demonstrado neste artigo é provável que esses avanços produzam efeitos mais concretos em famílias nas quais os beneficiários responsáveis são mais jovens. Este grupo se caracteriza, particularmente, por uma trajetória que acompanha os avanços ocorridos no sistema

educacional brasileiro nas décadas recentes, fato que responde por uma parcela significativa dos êxitos apresentados pelo PBF no que se refere ao aspecto educacional. Por sua vez, devemos pensar que os mais jovens são também aqueles com maiores possibilidades de reverter a situação de vulnerabilidade, conquistando sustento econômico fora da transferência de renda.

Outrossim, podemos advogar que o cumprimento das condicionalidades do programa deve resultar, para as famílias mais jovens, em vantagens adicionais decorrentes da maior valorização da Educação e da constituição de famílias menores, condições que ampliam o valor do capital social. Ao mesmo tempo, a elevação da escolaridade aponta para uma importante mudança na concepção de direito das famílias.

Nestes termos, os investimentos educacionais das famílias devem contribuir para uma maior compreensão dos laços que ligam a população pobre aos outros setores da sociedade, criando oportunidades para a formação de uma nova consciência cidadã e reforçando os compromissos do Estado brasileiro com a superação da nossa persistente pobreza.

Bibliografia

BARBOSA, Maria Lúcia de Oliveira; **SANT'ANNA GABRIEL**, Maria Josefina. *As classes populares e a valorização da educação no Brasil (mimeo)*. IFCS/UFRJ, 2009. Texto no prelo para publicação.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____ ; **PASSERON**, J.C. *A Reprodução – Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

BRANDÃO, André **DALT**, Salete da; **GOUBEIA**, Vitor H. *Segurança alimentar e nutricional entre os beneficiários do PBF*. In **VAITSMAN**, J. ; **PAES-SOUZA**, Rômulo. *Avaliação de políticas e programas do MDS*. Brasília, MDS, 2007.

CASTRO, Maria Helena G. *Avaliação do sistema educacional brasileiro – Tendências e Perspectivas*. Brasília: INEP, 1998.

REIS, Elisa. *Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Fev, 2000.

LANGONI, Carlos Geraldo. *A economia da transformação*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

- LAHIRE**, Bernard. *Sucesso Escolar nos meios populares*. São Paulo: Atica, 1998.
- LAVINAS**, Lena; **BARBOSA**, Maria Lígia. *Combater a Pobreza estimulando a frequência escolar: o estudo de caso do Programa Bolsa-Escola do Recife*. In. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 43, nº3, 2000, p. 447 a 477.
- HASENALG**, Carlos. *A distribuição de recursos familiares*. In. **HASENBALG**, C.; **SILVA**, Nelson Valle (orgs.). *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- OLIVEIRA** et alii. *Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa-Família*. In. **VAITSMAN**, Jeni; **PAES-SOUSA**, Romulo (orgs.). *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – resultados*. Brasília: SAGI/MDS, 2007.
- SOARES**, Fabio et alii. *Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. XXXIV Encontro da Anpec, Salvador, 5 a 8 de dezembro de 2006.
- SOUSA E SILVA**, Jailson. *Por que uns e não outros? – caminhadas de estudantes de origem popular até a universidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.
- SUAREZ**, Mireya; **LIBARDONI**, Marlene. *Impacto do Programa Bolsa Família: mudanças e continuidades na condição social das mulheres*. In. **VAITSMAN**, Jeni; **PAES-SOUSA**, Romulo (orgs.). *Avaliação de Políticas e Programas do MDS – resultados*. Brasília: SAGI/MDS, 2007.